

AMAZÔNIA OCIDENTAL: O emprego estratégico do Poder Naval

Ao reconhecermos a importância estratégica de uma região tão peculiar como a Amazônia, tornar-se-á espontânea a compreensão da importância de uma embarcação qualquer para a região e, nesta esteira, de quão essencial se faz a presença de nossa Marinha, cumprindo seu papel de irrigadora de recursos na economia do país.
(Frase final do livro *A Marinha na Amazônia Ocidental*)¹

ALEXANDRE LUIZ ALVES DA SILVA*
Capitão de Mar e Guerra (FN)

SUMÁRIO

Introdução
A Amazônia Ocidental (AOC)
O narcotráfico
A Política e a Estratégia Nacional de Defesa
O Poder Naval e suas ações na AOC
Ações Estratégicas para Segurança e Defesa da AOC
Conclusão

INTRODUÇÃO

Em agosto de 2023 a Amazônia sul-americana voltou à vitrine mundial, pautando noticiários no Brasil² e no exterior³. Em virtude desse protagonismo, tendo servido por muitos anos na região,

percebi que o planejado na Política Nacional de Defesa (PND), na Estratégia Nacional de Defesa (END), no Livro Branco de Defesa Nacional (LBDN) e no Plano Estratégico da Marinha-2040 (PEM-2040), todos publicados em 2020, não incluía o termo Amazônia Ocidental

1 Disponível em: <https://www.marinha.mil.br/com9dn/node/515>. Acesso em: 21 ago. 2023.

* Doutor e mestre em Ciências Navais. Atualmente é professor e pesquisador convidado pela Escuela Superior de Guerra General Rafael Reyes Prieto, Colômbia (2022-2024).

2 Disponível em: <https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompanhe-o-planalto/noticias/2023/07/brasil-recebe-encontros-internacionais-para-debater-futuro-da-amazonia>. Acesso em: 21 ago. 2023.

3 Disponível em: <https://news.un.org/pt/story/2023/05/1814927>. Acesso em: 21 ago. 2023.

(AOC)⁴. “Mergulhando” um pouco mais e refletindo sobre o fato, entendi que a Marinha do Brasil (MB) direcionou seus objetivos e ações estratégicas para a Amazônia Azul, conceito criado no início dos anos 2000 e que aparece 31 vezes, exprimindo com perfeita exatidão a importância para o Brasil de todos os recursos existentes em seu litoral.

No entanto, olhando o mapa da América do Sul, mais precisamente para a AOC (Figura 1), o escritor Leandro Tocantins se debruçou sobre a Região Amazônica e escreveu um livro muito atraente sobre vários aspectos, sendo muito feliz ao escolher o nome da publicação: *O rio comanda a vida*⁵. Esta expressão define com precisão o que ocorre na Amazônia, pois, assim como acontece nos países que possuem um extenso litoral e exploram as rotas de comércio pelo mar, proporcionando vida econômica a sua população, na Amazônia, a maior parte de tudo que se produz é transportado pelos rios. Ou seja, o mar para os litorâneos seria como os rios para os amazônidas, ao servirem como artérias de comunicação que oxigenam países, regiões ou comunidades, comandando a vida de seu povo. Se rios, mares e oceanos são constituídos por água, poderíamos afirmar que, na verdade, a “água comanda a vida”, e, desta forma, entendo que as Marinhas de todo o mundo têm papel fundamental, devendo em todos os momentos verificar se a “oxigenação” está sendo feita de maneira correta em todos os locais onde existam vias navegáveis.

Em função deste entendimento, quando se compara a Amazônia Azul com a AOC, este autor entende que, em virtude de sua importância geopolítica para o mundo, da imensa quantidade de rios navegáveis em sua bacia fluvial e pela existência de inúmeras riquezas já mapeadas, e das ainda não descobertas, a AOC teria igual importância para a MB. Assim, sempre curioso, busquei meu trabalho⁶ de doutorado do Curso de Política e Estratégia Marítimas (CPEM-2018) e percebi que muitas informações nele incluídas ainda são atuais e possibilitariam sua adaptação para a construção de um artigo, a fim de propor reflexões aos que se interessarem sobre a real importância da região para o Brasil, além de inúmeras possibilidades que poderiam ser exploradas pela instituição se a região passar por uma compatível ocupação pela MB.

A intenção no trabalho foi apresentar percepções a partir das experiências vividas na AOC, quando servi ao Brasil na região, em diferentes momentos, por cerca de dez anos, iniciados com minha primeira jornada em 1998, ainda como um jovem primeiro-tenente, no então Grupamento de Fuzileiros Navais de Manaus (GptFNMa⁷). Nos anos seguintes, assumi funções em todos os setores da unidade, tendo sido o imediato em 2013 e 2014 e agraciado com o cargo de comandante do 1º Batalhão de Operações Ribeirinhas (1º BtlOpRib) em 2017. Tive a oportunidade de conhecer todas as unidades da MB na região, embarcar em todos os navios e navegar pelos rios

4 Considera-se AOC a área que compreende os estados do Acre, Amazonas, Rondônia e Roraima e está sob jurisdição do Comando do 9º Distrito Naval (Com9ºDN).

5 Disponível em: <https://www.portalintercom.org.br/anais/norte2013/expocom/EX34-0324-1.pdf>. Acesso em: 21 ago. 2023.

6 Disponível em: <https://www.marinha.mil.br/egn/sites/www.marinha.mil.br/egn/files/C-PEM051-CMG%20%28FN%29%20ALEXANDRE%20ALVES.pdf>. Acesso em: 21 ago. 2023.

7 O GptFNMa foi ampliado para BtlOpRib em 2002 e transformado em 1º BtlOpRib em 2016.

Negro e Solimões/Amazonas, este de Tabatinga à sua foz, no Pará. Presenciei o crescimento de unidades do Poder Naval⁸, as alterações que ocorreram ao longo de 20 anos e, principalmente, as dificuldades encontradas quando houve necessidade de realizar algum tipo de mobilização logística de pessoal e material para alguma área ou localidade próxima à fronteira oeste, em virtude das distâncias envolvidas e das peculiaridades inerentes ao ambiente amazônico.

Neste artigo, não tenho a pretensão de imaginar que as percepções serão perfeitas e de execução imediata, mas, para mim, o tema é instigante e se mostra bastante atual. Neste contexto, o artigo terá como foco a área que abrange a AOC, pois o cenário atual mostra um ambiente ribeirinho antagônico, onde os ilícitos, particularmente o narcotráfico, provocam uma percepção negativa da população residente na região. O propósito principal é entender se as ações estratégicas do Poder Naval, diante do cenário atual, contribuem para a execução das atribuições subsidiárias da MB na AOC, principalmente no combate ao narcotráfico. Para a construção de uma li-

inha de reflexão, este artigo foi dividido em cinco seções. Primeiramente relebrarei alguns aspectos históricos e geográficos da AOC. Na segunda seção, será abordado o narcotráfico na região. Em seguida, serão apresentados alguns tópicos da PND e da END, importantes documentos de alto nível para a compreensão dos objetivos da MB na AOC. Na quarta, será mostrado o atual dimensionamento do Poder Naval e as ações estratégicas na AOC. Na quinta, em um cenário prospectivo, serão elencadas Ações Estratégicas para Segurança e Defesa (AESD) na AOC, que, na percepção do autor, poderiam ser implementadas. Por fim, uma breve conclusão.

A AMAZÔNIA OCIDENTAL (AOC)

A Amazônia sul-americana faz parte dos territórios de vários países, todavia continua sendo uma região onde impera um vazio demográfico, e boa parte de seu interior geográfico ainda é desconhecida. A AOC, parcela dessa região, é importante para o Brasil por conta de suas características geográficas, pelas riquezas ainda não exploradas em sua potencialidade e



Figura 1- Amazônia Ocidental ou Atlântico Verde
Fonte: Suframa

⁸ Poder Naval é parte integrante do Poder Marítimo capacitada a atuar militarmente no mar, em águas interiores e em certas áreas terrestres limitadas de interesse para as operações navais, incluindo o espaço aéreo sobrejacente (BRASIL, 2015).

pelos inúmeros rios existentes. Quando se observa sua importância geopolítica, conforme já mencionado, entendo que ela poderia ser nominada de “Atlântico Verde”⁹, em virtude do seu potencial de união de países, como foi o Oceano Atlântico no passado (Figura 1).

Essas peculiaridades tornam a presença da MB na região fundamental, pois os rios comandam a vida e constituem as principais vias para as comunicações e para o transporte de pessoal e material. Ainda na década de 1960, Soares (1967) dizia que a AOC representaria um desafio permanente à imaginação criadora do povo brasileiro, pois exigiria um esforço gigantesco para promover suas riquezas por meio da extensa rede de rios principais e secundários. Becker (2004) avaliou que na região se processam importantes ocorrências que afetam as mudanças ambientais globais, as quais não podem ser desvinculadas de interesses que não são unívocos e sim conflituosos entre si.

Um dos interesses é controlar o que ocorre no interior da AOC, área difícil para se habitar e que proporciona facilidades para a criminalidade, tais como o narcotráfico. Este tipo de ilícito, inserido no contexto de novas ameaças, provoca insegurança dos ribeirinhos pela dificuldade que o próprio Estado brasileiro tem ao tentar protegê-los onde e quando é necessário. Dessa forma, o autor acredita que é fundamental manter um “olhar clínico” sobre a AOC, em

virtude do crescimento descontrolado de ilícitos transnacionais, que muito influencia o aumento de incidentes envolvendo tanto as Forças Armadas (FA), no cumprimento de suas tarefas na AOC, quanto os Órgãos de Segurança Pública (OSP). Manter a MB ativa na região, atuando em uma área tão extensa, requer planejamento preciso e emprego de seus meios de combate de forma eficiente e eficaz, e acredito que entender a história e a geografia da região possibilita a compreensão sobre algumas peculiaridades.

História

A importância da Amazônia remonta ao ano de 1500, quando Vicente Yañes Pizon descobriu a entrada do rio que dá nome à região. O Rio Amazonas foi navegado pela primeira vez em 1541, por Francisco de Orellana, da nascente em Quito, Equador, até sua foz, no Atlântico.

Um dos interesses da presença da MB na Amazônia é controlar a criminalidade, como o narcotráfico

Percebeu-se que o grande rio e a região que o cercava poderiam proporcionar promissores ganhos à coroa portuguesa (MATTOS, 1980). Em 1613, sendo o Amazonas fruto de interesse da coroa inglesa, que já dominava parcela do Caribe, seus desbravadores receberam autorização para explorar uma vasta área entre o que hoje conhecemos como o estado do Amazonas e a região de Essequibo, atual Guiana Inglesa. Algo parecido também foi autorizado pela coroa holandesa, tendo os holandeses se estabelecido no baixo

9 O termo “Atlântico Verde” foi criado pelo autor com a intenção de mostrar a importância que as águas interiores da AOC possuem para o Brasil, sendo comparadas com a importância que possui o Atlântico Sul. O referido termo ainda não existe na conceituação acadêmica.

Amazonas com a criação de um forte e um porto. Os franceses fizeram tentativas por meio da construção de comunidades na região onde hoje está o estado do Amapá. Contra todas essas invasões os portugueses reagiram, expulsando os invasores (ingleses e holandeses) ou fazendo acordos para manterem-se donos da região (franceses – Tratado de Utrech, em 1713), pacificando a situação (REIS, 1982).

Com a Espanha, reino que dominava boa parte do continente sul-americano, Portugal assinou o Tratado de Madri em 1750, oficializando o *Utis Possidetis*¹⁰ para manter-se possuidor definitivo de parte da região sob seu domínio. O tratado favoreceu imensamente a coroa portuguesa, pois permitiu que suas posses fossem aumentadas (MATTOS, 1990). Os americanos, visando ampliar seu domínio na região do Caribe, solicitaram à coroa portuguesa, entre os anos de 1850 e 1860, autorização para explorar a região. Esta foi negada, mas, insatisfeitos, iniciaram sem autorização levantamentos estratégicos na foz do Rio Amazonas, provocando o Brasil por meio de um processo de difamação internacional. O imperador brasileiro à época, Pedro II, ao perceber tal situação, conseguiu um acordo com os Estados Unidos em 1854, pacificando os interesses comuns (REIS, 1982).

Observando a geopolítica¹¹ na região pelos olhos do presente, há uma clara percepção de que a coroa portuguesa agiu corretamente ao preservar sob seu controle a área da Amazônia que havia descoberto e aumentar sua dimensão no final do século XVIII. No entanto não bastava manter e

aumentar. Mattos, em seus escritos, cita o que Toynbee afirmou em seu tempo: para uma nação controlar uma área sob sua posse, faz-se necessário ocupá-la por meio de sua população a fim de que esta possa atuar na defesa contra agentes externos. Dois países com grandes dimensões e que adotaram tal conduta foram os Estados Unidos e a Austrália. Ambos incentivaram a ocupação de seus territórios, fomentando movimentos migratórios internos. No Brasil, tal movimento não ocorreu. Ao contrário, o que houve foi um completo fracasso, pois não existiram investimentos em meios de transportes que favoreceriam a migração para o interior e a consequente ocupação da AOC por brasileiros (TOYNBEE *apud* MATTOS, 1977). Esta região ficou, durante boa parte de sua história, praticamente esquecida dos brasileiros. Segundo Becker, foi o caráter político-ideológico da atuação inicial da coroa portuguesa, e depois do povo brasileiro, que conseguiu controlar o território mesmo sem haver uma base econômica e populacional estável, capaz de assegurar a soberania sobre a região (BECKER, 2004).

A História registra que a conquista e a manutenção da configuração da Amazônia são ricas em atos heroicos e visionários. Foi por meio de debates em fóruns internacionais que seu contorno inicial foi mantido e posteriormente aumentado. No entanto a população não acreditou, em épocas passadas, que migrar para uma região tão inóspita poderia contribuir para a manutenção do território. Nos dias atuais, há que ser desenvolvida e consolidada a crença de que a AOC é fundamental para

10 O *uti possidetis*, em sua tradução literal, significa *tal como possuiis*: o direito respeita a posse, ou seja, a ocupação efetiva da terra. Foi esse princípio que prevaleceu no Tratado de Madri (1750). Disponível em: <https://www.scielo.br/j/bcg/a/dmWGBhCnvMMbSCdVRG4KHGR/?lang=pt&format=html>. Acesso em: 23 ago. 2023.

11 Esta palavra ainda era desconhecida pela coroa portuguesa, pois seu estudo inicial foi atribuído ao jurista sueco Rudolf Kjellén em 1905 (KJELLÉN *in* VESENTINI, 2003).

o Brasil. Um correto planejamento de ocupação, sem dúvida, criaria condições para que a população tivesse menos dificuldade ao realizar movimentos migratórios internos, contribuindo para o seu desenvolvimento.

Geografia

A Amazônia sul-americana tem dimensões continentais. O Livro Branco de Defesa Nacional (LBDN), em seu capítulo 1, “O Estado Brasileiro e a Defesa Nacional”, destaca:

A Amazônia, com mais 4 milhões de km², representa um dos focos de maior interesse para a defesa. A Pan-Amazônia, equivalente à totalidade da Amazônia na América do Sul, corresponde em números aproximados a 40% da área continental sul-americana e detém 20% da disponibilidade mundial de água doce. A maior parcela de extensão amazônica pertence ao território brasileiro (cerca de 70%) e abriga reservas minerais de toda ordem e a maior biodiversidade do planeta. (BRASIL, 2020)

Ela está posicionada em uma área que corresponde a cerca de 2/5 da América do Sul. Inserida nesta grande região, encontra-se a AOC, parcela menor, que, segundo a geógrafa Becker diz em seus estudos, é marcada pela vulnerabilidade de suas fronteiras, principalmente com a Bolívia, a Colômbia e o Peru, um arco de

grande dimensão geográfica e de difícil controle. Becker afirma ainda que vigilância e expansão orientadas devem ser as palavras-chaves para a ação político-estratégica nessa região, onde é crucial a contribuição do Sistema de Proteção da Amazônia (Sipam)¹² (BECKER, 2004).

Objeto deste estudo, a AOC engloba quatro estados: Acre, Amazonas, Roraima e Rondônia. Limita-se com sete países da América do Sul e está centralizada em relação ao continente, localização estratégica que favorece o Brasil em muitos aspectos. Esta peculiaridade tem relação direta com o conceito elaborado por Mahan, almirante e historiador americano, considerado um dos maiores teóricos em estratégia. Mahan,

citado por Alves de Almeida, mostrou a importância de se dominar uma posição geográfica estratégica (PGE). A consequência básica, afirma Mahan, é o domínio de todo o conjunto ao seu

redor. Ao observar a AOC, no contexto do continente sul-americano, sua conformação física e extensão, Alves de Almeida mostra que seu domínio favorece o Brasil em termos de controle na região, indicando uma melhor possibilidade de explorá-la (MAHAN *apud* ALVES DE ALMEIDA, 2009).

Além de ter uma posição privilegiada na América do Sul, na AOC existe o mais extenso segmento fronteiro do Brasil, representando cerca de 70% do total do território brasileiro. Tem em seu interior mais de 22 mil km de rios, que se intercomunicam desde os pontos mais distantes

Além de ter uma posição privilegiada na América do Sul, a Amazônia Ocidental representa cerca de 70% do total do território brasileiro

12 Disponível em: <https://www.gov.br/censipam/pt-br>. Acesso em: 21 ago. 2023.

existentes nas fronteiras até as capitais, possibilitando uma navegação por ampla área. Essa conjugação, existente entre enorme espaço geográfico, posição estratégica privilegiada no continente, combinando com um imenso modal fluvial, atribui à AOC um valor estratégico importante no cenário da América do Sul. Cabe ressaltar que esse modal fluvial não se restringe à Amazônia brasileira, pois os ecossistemas existentes não obedecem aos limites políticos dos países, e muitas nascentes dos rios amazônicos localizam-se fora do território nacional (BECKER, 2004).

Posição Geográfica Estratégica (PGE)

No contexto da geografia sul-americana, este autor entende que, além da Amazônia brasileira constituir uma área estratégica, há que se identificar em seu interior a PGE, e, estudando o mapa, percebe-se que algumas cidades ribeirinhas ganham importância por estarem bem posicionadas ao longo do principal rio, o Solimões/Amazonas. Na Figura 2 podemos observar que Tabatinga, Santo

Antônio do Içá, Tefé, Coari, Manaus, Itacoatiara e Parintins são cidades que se encontram muito próximas à foz de alguns rios que penetram no território brasileiro pela fronteira oeste-sudoeste e deságuam no rio Solimões/Amazonas. Com um olhar mais atento, percebe-se na Figura 3 que, entre todas, a cidade de Tefé está em uma posição central, dentro da AOC, e localizada logo abaixo da foz de três dos principais “rios penetrantes¹³” no território do Brasil – Japurá, Içá e Juruá.

Além de Tefé, a cidade de Coari também se mostra como uma excelente PGE, e, considerando-se que a distância entre Tabatinga e Manaus é cerca de 890 milhas náuticas, o desdobramento de um ou mais pontos entre estas cidades para servir de base de apoio logístico e de combate contribuiria em muito nas ações. Com uma mobilidade adequada, as unidades da MB poderiam rapidamente ser desdobradas para a foz dos rios fronteiros da AOC. Cabe registrar que a posição de Tefé não exerce o controle direto sobre a entrada estratégica de um importante paraná, nominado Copeá, conforme mostrado na Figura 4.

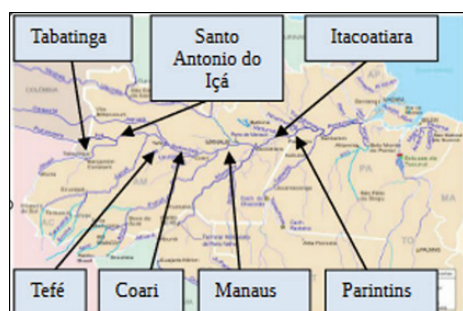


Figura 2 – Principais cidades do Rio Solimões
Fonte: Arte do Autor

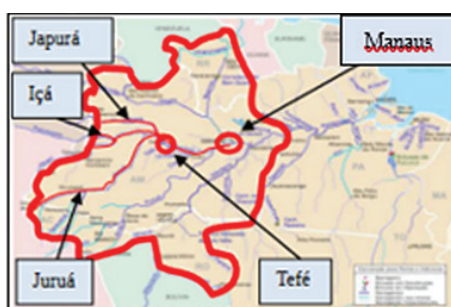


Figura 3 – Principais rios e cidade de Tefé
Fonte: Arte do Autor

13 Rios que não delimitam limites de fronteira, mas cruzam fronteiras entre países.

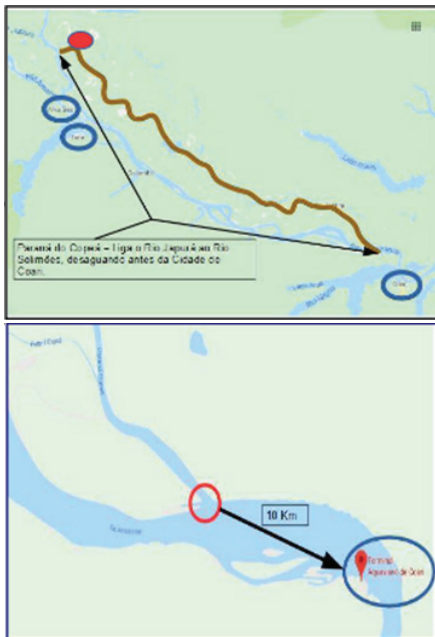


Figura 4 – Paraná do Copeá
 Fonte: Arte do Autor

O paraná citado começa no Rio Japurá, um pouco antes de sua foz, e corta a floresta ao norte do Rio Solimões, retornando para este rio um pouco acima da cidade de Coari, onde se encontra um importante terminal da Petrobras. Este terminal é estratégico para as regiões Norte e Nordeste do país, e faz-se necessário protegê-lo de qualquer possibilidade de ação adversa. Estrategicamente, qualquer grupo mal-intencionado e ligado ao narcotráfico poderia fazer uso desse paraná, a partir da fronteira com a Colômbia.

O NARCOTRÁFICO

Para formar a atual configuração das fronteiras hoje estabelecidas entre Estados, vários tipos de conflitos ocorreram em diferentes momentos ao longo da história. Nesses conflitos, de forma clássica, forças militares de diferentes Estados eram adversárias, e os campos de batalhas bem conhecidos. Após a Segunda Guerra Mundial, ocorrida entre 1939 e 1945, os Estados Unidos da América (EUA) e a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), ao desenvolverem a capacidade de utilizar bombas nucleares no final da década de 40¹⁴, chegaram a um impasse, pois ambos perceberam que, se atacassem um ao outro diretamente, se autodestruiriam e aniquilariam a humanidade. Então, durante o período de 1945 a 1991, ocorreu uma Guerra Fria¹⁵, quando eles passaram a disputar o poder de influência no mundo. Havia uma guerra não declarada entre as duas nações, que fomentavam ou apoiavam vários conflitos regionais, todos com o propósito de enfraquecer o oponente clássico. Entre esses conflitos, destacaram-se as guerras do Vietnã¹⁶ e do Afeganistão¹⁷.

Até 1991, por conta do domínio bipolar entre as duas potências e suas influências sobre países antagônicos, havia um inimigo declarado. No Brasil, as FA se prepararam alinhando-se militarmente aos EUA e realizando cursos e treinamentos voltados para este tipo de conflito.

14 Os EUA explodiram duas bombas sobre o Japão em 1945, e a URSS alcançou sua bomba em 1949.

15 Guerra Fria é o nome utilizado para falar do cenário político internacional no período após a Segunda Guerra Mundial (1939-1945), quando os EUA, capitalista, e a URSS, socialista, polarizaram as relações internacionais. Disponível em: <https://www.infoescola.com/historia/guerra-fria/>. Acesso em: 21 ago. 2023.

16 A Guerra do Vietnã foi um conflito entre o Vietnã do Norte e o Vietnã do Sul, no período de 1959 a 1975. Disponível em: <https://historiadomundo.uol.com.br/idade-contemporanea/guerra-vietna.htm>. Acesso em: 21 ago. 2023.

17 A Guerra do Afeganistão foi um conflito entre Afeganistão e a antiga URSS, no período de 1979 a 1989. Disponível em: <https://www.colegioweb.com.br/guerras/guerra-do-afeganistao.html>. Acesso em: 21 ago. 2023.

A partir de 1991, não mais existindo a bipolaridade, novos países surgiram, e fatores sociais, econômicos e religiosos passaram a ter influência nas decisões políticas. Além desses fatores, ganharam força outros tipos de ameaças, que, por terem um perfil diferente, foram chamadas de novas ameaças. Estas foram assim nomeadas, nos meios político, econômico e acadêmico, por terem crescido de importância nos últimos 30 anos (1991 - dias atuais), quando entraram verdadeiramente na agenda de segurança internacional. Oliveira (2011), citando Saint-Pierre em seu trabalho “Reconceituando Novas Ameaças”, descreveu que o termo “nova ameaça” é “algo subjetivo que indica um dano”. Uma ameaça reside na “percepção do ameaçado” e faz com que este se prepare para enfrentar uma possibilidade que ainda não se concretizou, mas que já emitiu sinais suficientes para ocorrer em algum momento, se nada for feito para detê-la (SAINT-PIERRE *apud* OLIVEIRA, 2011).

A nível mundial, em 2005, o Almirante Vern Clark, comandante de Operações Navais da Marinha dos EUA, citado pelo Contra-Almirante Ruy Silva em seu estudo “As novas ameaças e a Marinha do Brasil”, afirma que terroristas poderiam utilizar os mares para traficar armas, drogas e pessoas (VERN CLARK *apud* SILVA, 2008). No mesmo artigo, o Almirante Collins citou os mares como ambiente afetado. Esse posicionamento americano reflete o período pós-11 de setembro de 2001, quando os EUA lideraram um processo de unir forças em âmbito mundial a fim de conter ameaças terroristas que afloravam principalmente a partir do Oriente Médio (COLLINS *apud* SILVA, 2008). No Brasil, por meio

do LBDN, está descrito que novas formas de abordar temas tradicionais passaram a influenciar no ambiente internacional no século XXI, tais como:

Tráfico mundial das drogas, tráfico internacional de armas, necessidade de proteção da biodiversidade, eventualidade de ocorrência de ataques cibernéticos, possíveis tensões decorrentes da crescente escassez de recursos, pandemias, ilícitos transnacionais, terrorismo internacional, pirataria entre outros, explicitam a crescente transversalidade dos temas ligados à Defesa Nacional, que ultrapassam a visão tradicional de ameaças potenciais ou manifestas focadas somente em possíveis tensões ou crises entre Estados. (BRASIL, 2020)

Pawlyschyn (2016), citando Andrés Fontana em suas pesquisas sobre Novas Ameaças e o Impacto da Defesa e Desenvolvimento da Amazônia, destaca que novas ameaças não atentam necessariamente contra a integridade territorial dos Estados, porque não atuam contra este diretamente. Elas tendem a desprezar as instituições, mas objetivam tornar as fronteiras permeáveis, relativizando seu valor. Em conjunto, introduzem instabilidade nos contextos local, regional e internacional. Elas tendem a pôr em risco a integridade física e moral dos cidadãos, corroendo sistematicamente o sentido de comunidade tanto a nível nacional como internacional (FONTANA *apud* PAWLYSCHYN, 2016).

Na América do Sul, alguns grupos considerados terroristas¹⁸ pelos EUA aproximaram-se da prática de crimes transnacionais, unindo-se aos narcotraficantes, formando o que poderia ser

18 Disponível em: https://theodora.com/wfbcurren/colombia/colombia_terrorism.html. Acesso em: 22 ago. 2023.

chamado de “tempestade perfeita”¹⁹. Os narcotraficantes, fazendo uso dos rios da região para a realização de ilícitos, utilizam embarcações de médio e pequeno porte para transportar drogas ou atacar grupos adversos, visando ao domínio de uma determinada área. Observando a geografia dos rios Solimões e Negro e seus afluentes, tem-se uma noção da potencialidade que pode ser oferecida para se navegar sem qualquer controle, partindo desde o interior da Colômbia ou do Peru, principais produtores mundiais de cocaína, até atingir cidades no interior do Brasil, e destas para mercados externos, tais como EUA e Europa.

Em 2020, o cultivo da coca permaneceu relativamente estável (234.000 ha), 5% abaixo dos picos registrados em 2017 e 2018, principalmente como resultado do declínio dos níveis de cultivo na Colômbia, enquanto o cultivo no Estado Plurinacional da Bolívia e no Peru continuou aumentando. A fabricação global de cocaína atingiu o recorde histórico de cerca de 1.982 toneladas de cocaína pura em 2020, representando um aumento de 11% em relação ao ano anterior, apesar da estabilização da área dedicada ao cultivo da coca. Este aumento reflete os níveis crescentes de fabricação de cocaína, especialmente na Colômbia, onde, apesar da clara redução na área dedicada ao cultivo da folha de coca, ela se

concentrou cada vez mais em áreas com altos níveis de produção de coca resultado de laboratórios de cocaína altamente eficientes. (UNODC, 2022)²⁰

A fronteira brasileira da AOC com esses países tem baixa densidade demográfica, é bastante porosa, sem controle, e isto possibilita que grupos mal-intencionados façam uso irrestrito dessas áreas para cometer atos ilícitos. A Colômbia, maior produtor de cocaína do mundo, faz fronteira com o Brasil e o Peru, formando uma região de tríplice fronteira de difícil controle, continuamente vulnerável e que está sob “mão de ferro” de narcotraficantes. Estes se utilizam de rotas antigas, mas que ganharam importância nos últimos anos (Figura 5).

Nas cercanias da tríplice fronteira, as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (Farc) dominam o narcotráfico, e os colombianos dominam o comércio



Figura 5 – Rotas de tráfico de cocaína
Fonte: UNODC (2022)

19 A expressão “tempestade perfeita” é um calque morfológico (do inglês *perfect storm*), que se refere à situação na qual um evento, em geral não favorável, é drasticamente agravado pela ocorrência de uma rara combinação de circunstâncias, transformando-se em um desastre. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Tempestade_perfeita. Acesso em: 22 ago. 2023.

20 Disponível em: https://www.unodc.org/res/wdr2022/MS/WDR22_Booklet_2_spanish.pdf. Acesso em: 22 ago. 2023.

local, tornando essa área uma vulnerabilidade para o Brasil (BECKER, 2004). Isto fica patente quando eles utilizam os rios da região e aumentam a criminalidade contra a população ribeirinha e os meios de transporte e causam enormes danos econômicos ao comércio. Estes danos são maiores ainda quando as ações são perpetradas contra as embarcações que transportam mercadorias, visando garantir a segurança e manutenção dos meios fluviais utilizados para o transporte de drogas. Vidigal escreveu que, em certas circunstâncias, sua expressão “vulnerabilidade estratégica” pode substituir o estratégico conceito de ameaça quando a posse de um bem de grande valor, sem os meios necessários para garanti-lo, é, sem dúvida, uma vulnerabilidade (VIDIGAL *apud* ELIA, 2008). Elia (2008) aponta ainda que a realidade vivida pela Colômbia há alguns anos convida

todos os brasileiros a uma profunda reflexão, pois, caso não seja adotada uma atitude firme na política de combate ao crime organizado e ao narcotráfico, a situação pode piorar ainda mais.

Saint-Pierre²¹(2010), com reservas, pontuou que, estrategicamente, estar vulnerável significa ter deficiência ou debilidade, causando desvantagem clara com relação a alguém ou alguma coisa em uma situação de conflito e em sua forma

A vulnerabilidade hoje existente a partir da fronteira oeste da AOC provoca uma ameaça ao Brasil e a sua população na região

mais extrema, o combate. A diferença está na percepção de cada situação. Há que se notar que, quando se tem consciência de que há uma vulnerabilidade em alguma situação, aumenta-se a possibilidade de ser ameaça (SAINT-PIERRE, 2010). A vulnerabilidade hoje existente a partir da fronteira oeste da AOC provoca uma ameaça ao Brasil e a sua população na região.

Os narcotraficantes estão cada vez mais audaciosos e fazem uso de embarcações de pequeno porte para transportar uma quantidade elevada de drogas pelos rios, usando ribeirinhos, muitos destes sem qualquer passagem pela polícia. Oliveira, citando Cardoso, destaca que na tríplice fronteira

entre Brasil, Colômbia e Peru existe um amplo espaço para o cultivo da folha de coca, utilizando-se o Rio Solimões como via de transporte de mercadorias ilícitas. Destaca ainda que o Brasil deixou de ser apenas uma rota de passagem e passou

a ser um mercado muito lucrativo (CARDOSO *apud* OLIVEIRA, 2011).

Desta forma, apesar de algumas ações já terem sido tomadas pelas forças de segurança do Brasil, entende-se que para o Poder Naval há espaço para a realização de estudos sobre quais capacidades²² ele necessita desenvolver, qual a dimensão adequada e quais PGE ele deve ocupar na AOC, para melhor atuar estrategicamente contra o narcotráfico, um crime

21 Héctor Luis Saint-Pierre é licenciado em Filosofia pela Universidad Nacional de La Plata, Argentina. Tem mestrado em Lógica, Epistemologia e Filosofia da Ciência (1988) e doutorado em Filosofia Política (1996) pela Universidade Estadual de Campina (Unicamp).

22 O significado de cada capacidade está descrito no *Glossário das Forças Armadas*, MD35-G-01. 5ª ed., p. 54. Disponível em: https://bdex.eb.mil.br/jspui/bitstream/123456789/141/1/MD35_G01.pdf. Acesso em: 22 ago. 2023.

transnacional que se insere nas atribuições subsidiárias previstas na missão da MB.

A POLÍTICA E A ESTRATÉGIA NACIONAL DE DEFESA

A PND é o documento condicionante de mais alto nível para o planejamento de ações destinadas à defesa do país. Mirando prioritariamente as ameaças externas, estabelece objetivos para o preparo e o emprego de todas as expressões do Poder Nacional, em prol da Defesa Nacional. Uma das áreas de interesse prioritário é o entorno estratégico brasileiro, que inclui a América do Sul (BRASIL, 2020). Para efeito da PND, os conceitos de Segurança e Defesa Nacional são:

Segurança é a condição que permite a preservação da soberania e da integridade territorial, a realização dos interesses nacionais, a despeito de pressões e ameaças de qualquer natureza, e a garantia aos cidadãos do exercício dos direitos e deveres constitucionais. Defesa Nacional é o conjunto de atitudes, medidas e ações do Estado, com ênfase na expressão militar, para a defesa do Território Nacional, da soberania e dos interesses nacionais contra ameaças preponderantemente externas, potenciais ou manifestas. (BRASIL, 2020)

Do ponto de vista da Defesa, além das regiões onde se concentram os poderes político e econômico, pontua-se que deve ser dada prioridade à faixa de fronteira, à Amazônia e ao Atlântico Sul. Com relação à Amazônia brasileira, suas fronteiras demandam atenção, na medida em que por elas são perpetradas atividades ilícitas

de natureza transnacional, de forma que sua permeabilidade requer constante vigilância, atuação coordenada entre os órgãos de defesa e de segurança pública, além de estreita cooperação com os países limítrofes (BRASIL, 2020).

As fronteiras são exemplo de vazio demográfico, e, com o propósito de tentar solucionar esse problema, foi instituído, pelo Decreto nº 8.903, de 16 de novembro de 2016, o Programa de Proteção Integrada de Fronteiras²³, com o propósito integrar e articular ações dos órgãos do Comitê-Executivo do Programa de Proteção Integrada de Fronteiras (PPIF), de que trata o art. 5º, com as ações de estados e municípios nas áreas de prevenção, controle, fiscalização e repressão às infrações administrativas e penais de caráter transfronteiriço. Este programa, certamente, seria o farol na elaboração de medidas para resolver problemas na fronteira e em águas interiores, pois teria como diretrizes a atuação integrada e coordenada dos órgãos federais, estaduais e municipais para o fortalecimento da prevenção, do controle, da fiscalização e da repressão às infrações administrativas e penais de caráter transfronteiriço e a cooperação e integração com os países vizinhos (BRASIL, 2016).

Mesmo existindo orientações na PND e o decreto criando o PPIF, foi percebido nos últimos anos um efeito diferente do esperado, pois o narcotráfico está utilizando os modais fluvial e aéreo e aumentando de forma vertiginosa sua presença na região. Vigiar as fronteiras, controlar o que entra no território de forma ilícita e vivificar não apenas as fronteiras, mas toda a região, são passos importantes para que se atenda ao previsto na PND. No en-

23 Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/decreto/d8903.htm. Acesso em: 22 ago. 2023.

tanto parece não ter ocorrido uma atenção necessária quanto à promoção de uma imigração interna, com atrativos suficientes, a fim de possibilitar que brasileiros se estabeleçam na região. O Estado brasileiro pouco está presente devido às distâncias envolvidas, que muito dificultam todos os movimentos e causam o aumento de ilícitos, tais como o narcotráfico.

Assim, considerando que a PND define os Objetivos Nacionais de Defesa (OND) e orienta o Estado sobre o que fazer para alcançá-los, a END estabelece como fazer, ou seja, as ações a realizar.

A Amazônia, assim como o Atlântico Sul, também é uma área de interesse geoestratégico para o Brasil. A proteção da biodiversidade, dos recursos minerais, hídricos, além do potencial energético, no território brasileiro, é prioridade para o país. A dissuasão deve ser a primeira postura estratégica a ser considerada para a defesa dos interesses nacionais naquela região. A exploração e o desenvolvimento socioeconômico da Amazônia, de forma sustentável, continuarão a ser vitais para a integração nacional, exigindo o incremento das capacidades de prover segurança e soberania, intensificando a presença militar e a efetiva ação do Estado, evitando que entidades exógenas influenciem as comunidades locais. Para a ampliação dessa segurança, é imprescindível o fortalecimento da coo-

peração e da integração com os demais países amazônicos. (BRASIL, 2020)

Observando-se os atuais cenários, tanto o nacional como o internacional, é fundamental que as “expressões do poder nacional”²⁴ (política, econômica, psicossocial, militar, científica e tecnológica) sejam configuradas de acordo com circunstâncias que se apresentam e sejam estruturadas para reagirem rapidamente. Na END, isto foi registrado por meio de Capacidades Nacionais de Defesa (CND), que se tornaram foco para o desenvolvimento das atividades das FA. Considera-se que uma das CND mais importantes é a proteção do território e da população brasileira, exprimindo o mais relevante objetivo nacional, o de garantir a soberania, o patrimônio nacional e a integridade territorial, o qual requer adequação e estruturação dos sistemas de vigilância nas áreas de interesse e de controle sobre o território nacional. Isto pode ser realizado por meio do trinômio monitoramento-controle-mobilidade, com as adaptações cabíveis para cada Força. Outra CND que se tornou fundamental foi ter “mobilidade estratégica”²⁵, que significa ter capacidade de chegar rapidamente a uma região sob conflito, no território nacional ou no exterior, a fim de responder a qualquer tipo de ameaça ou agressão. Essa mobilidade é diferente de “mobilidade tática”²⁶, que significa manter-se movimentando dentro da área ou da região sob conflito (BRASIL, 2020).

24 Disponível em: <https://www.gov.br/esg/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/fundamentos-do-poder-nacional/FPN2022.pdf>. Acesso em: 23 ago. 2023.

25 Mobilidade de uma força, relacionada a grandes distâncias e relativa à execução de ações estratégicas, apreciada, particularmente, pela sua transportabilidade, raio de ação, velocidade de intervenção e flexibilidade de emprego. Disponível em: https://bdex.eb.mil.br/jspui/bitstream/123456789/141/1/MD35_G01.pdf. Acesso em: 22 ago. 2023.

26 Mobilidade de uma força no campo de batalha, relativa à execução de ações táticas, apreciada, particularmente, pelo seu raio de ação, velocidade, insensibilidade ao terreno e às condições meteorológicas e, também, flexibilidade de emprego. Disponível em: https://bdex.eb.mil.br/jspui/bitstream/123456789/141/1/MD35_G01.pdf. Acesso em: 22 ago. 2023.

A MB, por meio do PEM-2020, projetou a construção ou revitalização de meios navais que possibilitarão ao Poder Naval ter a mobilidade necessária, tanto estratégica quanto tática, e estabelecer um sistema que objetiva aumentar o comando, o controle e o monitoramento das águas, tanto marítimas quanto interiores, sob responsabilidade do Brasil. Todavia, em virtude da extensão do mar territorial brasileiro, e por ter como foco principal garantir a segurança e a defesa da “Amazônia Azul”²⁷, ainda mantém o maior número de seus meios de combate na sua Esquadra²⁸, com sede no Rio de Janeiro, e em alguns Distritos Navais²⁹, que ficam ao longo do litoral. No interior do país, com outros ambientes operacionais, tais como o fluvial, a MB mobiliza o que entende ser necessário no atual cenário político-estratégico, todavia supõe-se que poderiam ser criadas condições para adensar sua presença nas vias navegáveis, principalmente nas duas grandes bacias fluviais, a do Rio Amazonas e a do sistema Paraguai-Paraná, utilizando meios adequados a estes ambientes operacionais, como navios-patrolha e navios-transporte,

dotados de meios aéreos e de fuzileiros navais (BRASIL, 2020).

Particularmente, na AOC, foco deste artigo, a partir dos anos 2000, a MB tomou algumas decisões³⁰, tais como a incorporação de navios hospitalares e ampliação e criação de outras unidades. No entanto, exceto as Capitania Fluvial de Tabatinga (CFT) e a Capitania Fluvial de Porto Velho (CFPV), a grande maioria das unidades está concentrada na cidade de Manaus, PGE desde os primórdios da criação do estado do Amazonas, por ter a maior concentração demográfica e estar na junção dos rios Negro e Solimões. Cabe registrar que a concentração atual dos meios de combate do Poder Naval, observando-se o cenário que envolve o narcotráfico, na percepção do autor, contribui com limitações para combatê-lo com efetividade. Entende-se ainda que a atual posição desses meios impossibilita uma resposta imediata a uma crise ou em um conflito próximo as fronteiras, pois estas estão distantes de Manaus. Logo, cresce de importância a interoperabilidade entre as FA, no sentido de vigiar de forma conjunta a navegação nas águas

27 De acordo com a DMN, a Amazônia Azul é a região que compreende a superfície do mar, águas sobrejacentes ao leito do mar, solo e subsolo marinhos, contidos na extensão atlântica que se projeta a partir do litoral até o limite exterior da Plataforma Continental brasileira (BRASIL, 2017).

28 De acordo com o Glossário das FA, é uma organização constituída de navios, aeronaves, forças de fuzileiros e estabelecimentos de apoio diretamente relacionados com suas atividades, subordinada a um comandante em chefe (BRASIL, 2015).

29 São nove os distritos navais, estando do 1º ao 5º no litoral – Rio de Janeiro, Salvador, Natal, Belém e Rio Grande. Ainda existem o 6º em Ladário, o 7º em Brasília, o 8º em São Paulo e o 9º em Manaus.

30 Em 2002, ampliou o Grupamento de Fuzileiros Navais de Manaus (GptFNMa) para Batalhão de Operações Ribeirinhas (BtlOpRib), quando foram somados ao seu efetivo 600 militares combatentes, o que equivale ter mais três companhias de fuzileiros navais. Ainda em 2002, a Delegacia de Tabatinga foi elevada à condição de Capitania Fluvial de Tabatinga (CFT). Em 2005, promoveu a criação do Com9ºDN e ampliou o antigo Ambulatório Naval de Manaus para uma Policlínica. Em 2016, a denominação do BtlOpRib passou a ser 1ºBtlOpRib em virtude da criação, em Belém, do 2º Batalhão em Belém, sem alteração de efetivo. Em 2019, a Delegacia de Porto Velho foi elevada à condição de Capitania Fluvial de Porto Velho (CFPV). Em 2020, criou o Centro de Hidrografia e Navegação do Noroeste (CHN-9) que teve como origem o Serviço de Sinalização Náutica do Noroeste (SSN-9) e, finalmente, em 2021, criou o Grupo de Embarcações de Operações Ribeirinhas do Amazonas (GrEOPRibAM), subordinado ao Comando da Flotilha do Amazonas (ComFlotAM).



Figura 6 – Sistemas de Monitoramento em Funcionamento
 Fonte: Arte produzida pelo autor

jurisdicionais brasileiras, o espaço aéreo e as fronteiras terrestres. Uma das formas foi a criação de sistemas que atuam em conjunto, visando tornar factível essas necessidades (Figura 6).

Além de outras CND descritas na END, também foram delineadas Ações Estratégicas de Defesa (AED) que visam orientar as medidas que deverão ser implementadas no sentido da consecução dos Objetivos Nacionais de Defesa (BRASIL, 2020). As AED nos transmitem uma mensagem sobre dois pontos fundamentais: estruturar a logística, para fortalecer a mobilidade, sobretudo na região amazônica, e desenvolver o potencial estratégico em torno de um Plano Baseado em Capacidades (PBC), evitando-se de toda ordem planejar com base em elementos adversos específicos.

Para melhor controlar a AOC, o CFN, força de caráter anfíbio e expedicionário por excelência, constituindo-se como parcela do Conjugado Anfíbio da MB, deverá manter sua capacidade de projeção de poder e permanecer em condições de pronto emprego, pois, nas vias fluviais, serão fundamentais para assegurar o con-

trole das margens durante as Operações Ribeirinhas (BRASIL, 2020). Entende ainda o autor como sendo vital a escolha de um ou mais PGE para que o Brasil possa melhor controlar a AOC e sua fronteira oeste, a fim de aprofundar o vínculo entre os aspectos tecnológicos/operacionais e a mobilidade, permitindo aproveitar ao máximo o potencial das tecnologias de movimento. Visando concretizar o que prevê a END, o Poder Naval poderia contar, também, com meios fluviais de combate, de transporte e de inspeção naval para checar como estão navegando os ribeirinhos.

O PODER NAVAL E SUAS AÇÕES NA AOC

Pelo fato de os narcotraficantes usarem em muitas ocasiões o modal fluvial para realizarem suas ações ilícitas, entende-se que o Poder Naval tem parcela fundamental neste combate, pois, apesar de não constituir elemento inserido na Segurança Pública, no artigo 142 da Constituição Federal está definido que as FA podem contribuir, por iniciativa dos poderes constitucionais,

com a garantia da lei e da ordem. Assim, entende-se que a MB na AOC, por meio do Poder Naval, poderia participar ativamente do combate ao narcotráfico, visando cumprir atribuições subsidiárias. Na missão da MB³¹ está descrito:

Preparar e empregar o Poder Naval a fim de contribuir para a Defesa da Pátria; para a garantia dos poderes constitucionais e, por iniciativa de qualquer destes, da lei e da ordem; para o cumprimento das atribuições subsidiárias previstas em Lei; e para o apoio à Política Externa. (LBDN, 2020)

As FA estão posicionadas na AOC com unidades militares em locais que possibilitam algum controle, e seus comandos na região têm como sede a cidade de Manaus. Com relação à MB, além de estar posicionado em Manaus, o Com9^oDN³², responsável por toda a AOC, também possui unidades de combate concentradas nesta cidade, tais como o Comando da Flotilha do Amazonas (ComFlotAM), o qual tem sob seu comando nove navios, sendo cinco de combate e quatro de assistência hospitalar. Na cidade estão posicionados, ainda, o

Paralelo a um movimento migratório, talvez seja extremamente necessário refletir sobre um reposicionamento estratégico entre as três Forças Armadas na Amazônia

1^oBtlOpRib e o 1^o Esquadrão de Helicópteros de Emprego Geral do Noroeste (Esqd HU-91). Além das OM voltadas para o combate, também se encontram em Manaus as unidades de apoio, tais como a Estação Naval do Rio Negro (ENRN), a Policlínica Naval de Manaus (PNMa), o Centro de Intendência da Marinha em Manaus (Ceimma) e o Centro de Hidrografia e Navegação do Noroeste (CHN-9). Na cidade de Tabatinga, na tríplice fronteira entre Brasil, Colômbia e Peru, encontra-se a Capitania Fluvial de Tabatinga (CFT), e em Rondônia, a Capitania Fluvial de Porto Velho (CFPV). Cabe esclarecer que as capi-

tanias, agências e delegacias não estão vocacionadas para combater³³. Elas exercem as atividades administrativas de Autoridade Marítima³⁴, realizando o controle da documentação das embarcações e da segurança dos usuários que as utilizam quando navegam nos rios.

Geograficamente, a AOC é imensa e continua sendo um grande vazio demográfico no qual urge sua vivificação por meio de um correto planejamento migratório, possibilitando aos cidadãos capacidades de sobreviver em um ambiente hostil por sua natureza intrínseca.

31 Disponível em: <https://www.marinha.mil.br/content/missao-e-visao-de-futuro-da-marinha>. Acesso em: 22 ago. 2023.

32 Disponível em: <https://www.marinha.mil.br/com9dn/omsobordinadas>. Acesso em: 22 ago. 2023.

33 Segundo o *Dicionário Aulete*, combater significa “sustentar combate, batalha, guerra contra”.

34 De acordo com o PEM 2040, atua para que o tráfego seguro de embarcações seja realizado conforme as leis e as normas vigentes, por intermédio de inspeções e vistorias, prevenindo a poluição hídrica e a ocorrência de acidentes e incidentes de navegação; provê dados fidedignos para a navegação segura e realiza operações de busca e salvamento no mar aberto, entre outras atividades. Pela especificidade dessas atribuições, é da competência do comandante da Marinha (BRASIL, 2023).

Paralelo a um movimento migratório, talvez seja extremamente necessário refletir sobre um reposicionamento estratégico complementar entre os efetivos das três FA na Amazônia. O Exército Brasileiro (EB) iniciou esse processo ao transferir unidades de outras regiões do país para a Amazônia, a partir dos anos 90. A Força Aérea Brasileira (FAB) iniciou suas alterações de efetivo, posicionamentos e denominações de unidades nos anos 2000. A MB ampliou a quantidade de navios de assistência hospitalar e hidrógrafos, mas ainda não houve aumento, redistribuição ou reposicionamento de seus meios de combate, tanto navais quanto aeronavais.

As ações do Poder Naval na AOC

Pimentel (2011) menciona que as operações realizadas na AOC são “domésticas”, ou seja, “estão confinadas ao território nacional, mais especificamente às bacias do Amazonas”. Isso ocorreria “em função da concepção da operação em si e das características de nossos meios fluviais, que em boa parte não foram concebidos para atravessar oceanos e, portanto, restringem, nesse caso, a mobilidade estratégica da força militar” (PIMENTEL³⁵, 2011). Há que se notar que, pela dimensão da região, é impossível estar em todos os locais de importância estratégica ao mesmo tempo. Também é praticamente impossível manter uma vigilância constante nas fronteiras, detectando todos os invasores, por terra, ar e água, devido à imensidão da

floresta e a todas as nuances e dificuldades envolvidas. Quando há necessidade de realizar o emprego limitado da força, movimentando meios por água para a fronteira oeste a fim de atender a alguma demanda, como a cidade de Cruzeiro do Sul, são consumidos até 20 dias de navegação (Figura 7), impossibilitando uma ação imediata e a presença em todos os locais ao mesmo tempo.

Na AOC, muitas são as dificuldades para navegar devido às profundidades, e Pimentel (2011) afirma que, nesta região, “operacionalmente, apenas arranha-se a AOC”. O Poder Naval estaria ligado ao que ele chamou de “trilhos”, ou seja, às calhas dos rios Juruá, Japurá, Purus, Içá, Negro (até São Gabriel da Cachoeira), Amazonas e Solimões, principalmente nos períodos das cheias, entre novembro e maio. Interpretando essas condições de operacionalidade, Pimentel entende que, “tendo em vista a enormidade das bacias consideradas e (...) as restrições de calado, (...) carecemos de mobilidade

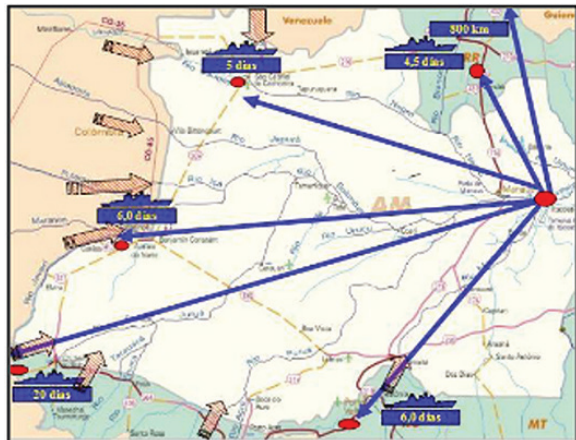


Figura 7 – Tempo de navegação na AOC

Fonte: Flotilha do Amazonas

35 Gilberto Pimentel serviu no GptFNMa no início dos anos 90 e depois retornou ao Batalhão para ser seu comandante em 2009.

tática, por não podermos atuar de forma doutrinária em qualquer parte daquelas regiões” (PIMENTEL, 2011).

Tendo esse entendimento, para manter sua presença na região, o Poder Naval realiza patrulhas navais, quando o ComFloTAM, que detém o controle dos meios de combate navais na região, planeja seu emprego em diferentes polos, de acordo com dados de planejamento da própria Flotilha e cumprindo orientações recebidas do Com9ºDN e do Comando de Operações Navais (ComOpNav). Sempre que possível, está presente um navio patrulhando os rios que adentram o território brasileiro no setor oeste, particularmente o Rio Solimões, entre as cidades de Tabatinga e Santo Antônio de Içá; os rios Japurá e Içá, afluentes que entram no Brasil a partir da Colômbia pelo setor noroeste; e os rios Juruá e Javari, afluentes que entram a partir do Peru pelo setor sudoeste. Os navios de assistência hospitalar são utilizados para atender os moradores da região e também servem como detectores de alterações ambientais. Os fuzileiros navais também atuam de formas diferentes na AOC e são organizados em Grupamentos Operativos de Fuzileiros Navais (GptOpFuzNav³⁶), cuja constituição dependerá da missão a ser cumprida.

Os componentes de combate e suas unidades tarefas, diferentemente do que ocorre em uma Operação Anfíbia (OpAnf)³⁷, nas OpRib permanecem durante todo o tempo ligados aos navios e embarcados em lanchas, a fim de asse-

gurar o controle de margens e proteger o avanço dos meios navais. Além disso, não se aprofundam em terra. Dessa forma, navios, aeronaves, embarcações e equipamentos da tropa devem ter compatibilidade, e o adestramento para essa operação deve ser específico, diferindo consideravelmente de uma OpAnf (BRASIL, 2017). Monteiro³⁸, já em 2010, na publicação *O Anfíbio*, descrevia o GptOpFuzNav da seguinte forma:

É um modelo organizacional que, além de conferir flexibilidade e versatilidade a seu comandante, combina as capacidades e competências dos meios de combate, de apoio ao combate e de apoio de serviços ao combate de forma complementar e integrada e possibilita gradualismo no seu emprego. Desse modo, os GptOpFuzNav estão em condições de cumprir extensa gama de tarefas, podendo ser empregados em operações com diferentes níveis de violência, desde missões humanitárias até as de combate, e em ambientes operacionais diversos, como o ribeirinho ou urbano. Essa organização é adotada tanto nas operações singulares como nas conjuntas. (MONTEIRO, 2010)

A flexibilidade e a versatilidade apontadas garantem aos GptOpFuzNav capacidade de rapidamente se adaptarem a diferentes perfis de missão, podendo atuar em um amplo espectro da violência em combate às novas ameaças, o que

36 Organização por tarefas, nucleada por tropa de fuzileiros navais, constituída para o cumprimento da missão específica e estruturada, segundo conceito organizacional de componentes, que grupa os elementos componentes de acordo com a natureza de suas atividades (BRASIL, 2015).

37 Operação de Guerra Naval lançada do mar, por uma Força-Tarefa Anfíbia, sobre litoral hostil ou potencialmente hostil, ou permissivo, com o propósito de introduzir uma Força de Desembarque em terra para cumprir missões designadas. Deve-se considerar que projeção de tropa anfíbia em terra é o que caracteriza a Operação Anfíbia contemporânea, não importando o grau de hostilidade do ambiente e nem o tipo de missão a ser cumprida (BRASIL, 2015).

38 O Almirante de Esquadra (FN) Álvaro Augusto Dias Monteiro foi comandante-geral do CFN em 2008.

lhes confere um emprego estratégico. Com este perfil de força, o CFN teria, por sua natureza, capacidade expedicionária, cujos requisitos são: “mobilidade estratégica, flexibilidade, versatilidade, capacidade de assalto e retirada planejada, permanência, prontidão e austeridade”. Tal “imperativo naval nos fez leves e ágeis, características basilares tanto para a capacidade anfíbia como para a expedicionária” (MONTEIRO, 2010).

Operações Ribeirinhas no combate ao narcotráfico?

Operações de Guerra Naval³⁹ são desencadeadas a partir do surgimento de um conflito, que pode ser definido como um “fenômeno social caracterizado pelo choque de vontades decorrente do confronto de interesses, constituindo uma forma de buscar-se uma solução ou compromisso” (BRASIL, 2015). Os conflitos evoluem desde o estado de paz, quando prevalecem as negociações, passando por estado de crise, no qual a força é empregada, seletivamente, para induzir o adversário a negociar, até o limite desse espectro, caracterizado pelo emprego efetivo da força, como ocorre nos estados de conflito armado ou de guerra. Uma Operação Ribeirinha (OpRib) é uma Operação de Guerra Naval e “pode ser conjunta ou singular, tendo o propósito de obter e manter o controle de parte ou toda uma Área Ribeirinha (ARib)⁴⁰, ou para negá-la ao inimigo”. Nesse tipo de operação, “sempre haverá uma contínua

associação à calha do rio”, e a força que a realiza chama-se Força-Tarefa Ribeirinha (ForTaRib), a qual são “atribuídos meios navais, terrestres e aéreos, estruturados em organização por tarefas, para a execução de uma missão específica em uma ARib” (BRASIL, 2017).

Pimentel (2011) destaca que na definição fica claro que essas operações somente ocorreriam em uma ARib e que, por si só, isso bastaria. No entanto, analisando com mais atenção a tarefa “obter e manter o controle da ARib”, Pimentel observou um fato incomum, pois definiu-se “uma operação não pelas ações desenvolvidas ou pelo modo de planejamento, mas sim pelo local onde é executada”, e elaborou questionamentos, dentre os quais destacou-se o seguinte: “será que poderíamos ter uma OpAnf em um ambiente ribeirinho?”. O próprio Pimentel responde que sim, pois uma OpAnf seria definida “pela forma de planejamento, relações de comando e projeção em terra, não interessando expressamente onde possa ocorrer” (PIMENTEL, 2011).

No entanto há que se atentar para o fato de que uma OpAnf tem características distintas de uma OpRib, pois esta é definida pelo local onde ocorre e não pela forma ou finalidade, além de terem características diferentes quanto ao planejamento, às fases, às relações de comando e às peculiaridades dos meios navais utilizados. Este autor entende ainda que OpRib é uma Operação de Guerra Naval, e seus conceitos são executados em con-

39 De acordo com a DMN, Operações de Guerra Naval consistem no emprego do Poder Naval, contribuindo para a conquista e a manutenção dos Objetivos Nacionais de Defesa. Ocorrem em situações de conflito armado ou guerra em seu extremo (BRASIL, 2017).

40 ARib compreende hidrovia fluvial ou lacustre, terreno e espaço aéreo sobrejacente, caracterizada por linhas de comunicações terrestres limitadas e pela existência de extensa superfície hídrica ou rede de hidrovias interiores (rios principais e seus afluentes, braços de rios, canais, lagos e lagoas), que servem de delimitação de fronteira, via de penetração estratégica ou rotas essenciais ou principais para o transporte de superfície (BRASIL, 2017).

flitos armados e em tempos de guerra. O Brasil não estando em estado de guerra com seus vizinhos, não existiria conflito armado. Cabe pontuar que, enquanto este artigo está sendo escrito, não existem sinais de que poderá ocorrer tal situação em um curto espaço de tempo. O que existe hoje na AOC são novas ameaças, principalmente o narcotráfico, que ocorrem em tempos de paz, no interior de um único Estado, ou nas fronteiras entre Estados que não estão em conflito. Neste contexto, empregar o Poder Naval em tempos de paz, utilizando conceitos de uma OpRib, operação que está prevista para ser executada em tempos de guerra, não estaria correto, o que demandaria a reflexão sobre um novo conceito, o de Operações de Combate Fluvial dentro de uma Projeção Ribeirinha (ProjRib).

Por ter tido a oportunidade de atuar com militares da Colômbia e do Peru em algumas ocasiões e estando atualmente presente na Escuela Superior de Guerra, na Colômbia, o autor percebeu que os infantes de Marinha se tornaram os especialistas das FA da Colômbia em combate fluvial. Pimentel já havia marcado este entendimento ao pontuar que o país está cuidando de um problema doméstico, quase exclusivamente dentro de suas fronteiras, semelhante à maneira como está previsto na Constituição Federal de 1988 para o emprego do Poder Naval brasileiro. No entanto a maior diferença é que o inimigo na Colômbia está bem definido e não se trata de uma situação de defesa.

Eles estão vocacionados para combater contra elementos adversos que estão nas margens, e, por isso, existe uma grande preocupação com a blindagem contra armas automáticas. Seu esforço visa garantir o uso seguro das hidrovias e negá-las à guerrilha (PIMENTEL, 2011). Desta forma, a Armada Nacional da Colômbia, com seus infantes de Marinha, observando o que denominam como “cinco dimensões de domínio” – espacial, aéreo, marítimo, terrestre e fluvial –, assumiu para si o domínio dos rios, sem demandar ações a partir das margens para o interior da sua selva. Nesta área de operação, o Exército colombiano executa suas ações e limita-se a utilizar os rios apenas como “estrada” para seu deslocamento.

No Brasil, em nossa DMN, pontua-se ainda que o emprego do Poder Naval abrange, além de suas características e tarefas básicas, aplicações em guerras navais, em atividades de emprego limitado da Força⁴¹ e em atividades benignas⁴². Este autor entende que o combate ao narcotráfico, uma das novas ameaças, estaria inserido em atividades de emprego limitado da Força, muito semelhante ao que é realizado na Colômbia, e isto possibilitaria uma reflexão sobre a Doutrina de OpRib e uma possível normatização de uma nova modalidade de emprego do Poder Naval, decorrente das circunstâncias existentes no ambiente operacional da AOC, a qual nominaria como Projeção Ribeirinha (ProjRib), enfrentando o narcotráfico por meio de Operações de Combate Fluvial.

41 Aquela em que a MB exercerá o poder de polícia para impor a lei ou um mandato internacional, do qual o país tenha assumido obrigação, determinada por organização intergovernamental. O emprego da força não deve se constituir no principal meio para se atingir um determinado fim; ao contrário, deve haver ponderação nesse sentido (BRASIL, 2017).

42 São aquelas nas quais nem a violência tem parte em suas execuções nem o potencial de aplicação da força é pré-requisito. Quando desempenhadas no exterior, normalmente, são em ambiente permissivo. Há possibilidade de interação com outras forças singulares nacionais ou estrangeiras, organizações governamentais e não governamentais e empresas privadas, conforme diretrizes emanadas pelo MD (*Ibidem*, 2017).

Este autor entende ainda que, na AOC, devido à sua imensa quantidade de rios, o domínio fluvial deve estar sob total controle da MB, a qual deve estar preparada para atuar contra novas ameaças, de forma articulada e com distribuição de meios em PGE. Se esse domínio deixar de ser ocupado, outra Força o ocupará e receberá meios e verbas oriundas do Estado brasileiro.

Projeção Ribeirinha. O que seria?

As OpAnf clássicas desenvolvidas pelos EUA, principalmente durante a Segunda Guerra Mundial, no teatro de operações do Pacífico e na Guerra da Coreia, aparentemente perderam força a partir de 1991, quando as ameaças clássicas quase desapareceram. Ferreira (2014) descreve ainda que as grandes nações perceberam que a forma de aplicação do Poder Naval em uma OpAnf, como ela foi concebida e consagrada, já não era adequada, conforme descrevo no artigo “Rastros de Guerra”, publicado nesta conceituada revista em abril/junho de 2023⁴³. Assim, o conceito clássico de OpAnf teria que ser flexibilizado, e esta deixaria “de ser apenas uma ferramenta de combate para forçar a entrada do Poder Naval em litorais claramente hostis” e passaria a ser avaliada dentro de uma concepção menos bélica, ou seja, estaria “apta a levar soluções às crises que se desenvolveriam em ambientes apenas potencialmente

hostis ou permissivos”, o que ensinaria a projeção de uma força “não mais para combater, e sim para colaborar ou mediar conflitos”. Neste contexto, surgiu o conceito de Projeção Anfíbia (ProjAnf)⁴⁴, que passou a integrar a DBM, em 2014, e a DMN, em 2017. A ProjAnf teria “uma característica ímpar de poder transitar entre os extremos do espectro, ou seja, ela pode ser iniciada como atividade benigna, passar para uma atividade de emprego limitado da força e terminar como uma Operação de Guerra Naval” (FERREIRA, 2014).

Na AOC, fato semelhante ocorre quando a DMN descreve que uma OpRib é concebida para ser utilizada entre dois Estados hostis ou em conflito, com poder igual ou menor ao Estado brasileiro. Ela é uma Operação de Guerra Naval, e seus conceitos foram pensados e descritos para serem executados durante o estabelecimento de conflitos em tempos de guerra. No entanto a semelhança do que se define

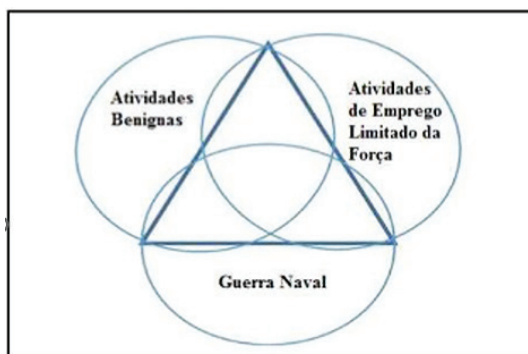


Figura 8 - Modelo de Grove para o Poder Naval brasileiro
Fonte: Doutrina Militar Naval

43 Disponível em: https://revistamaritima.net/sis/Filtros_revistas/exibe_revista_flipbook/2023/02-2023/02-2023.html. Acesso em: 23 ago. 2023.

44 Projeção Anfíbia utiliza-se das capacidades intrínsecas do conjugado anfíbio para introduzir, em área de interesse, a partir do mar, meios para cumprir tarefas diversas em apoio a operações de guerra naval ou relacionadas, dentre outras contingências, com a prevenção de conflitos e a distensão de crises. É, também, apropriada para a condução de atividades de emprego limitado da força e benignas, tais como Operação de Evacuação de Não Combatentes (OpENC), operações de apoio a uma Força de Paz, resposta a desastres ambientais e operação humanitária (BRASIL, 2017).

como ProjAnf para ser executado em um ambiente operacional. Na AOC, entende-se que fatores iguais conduziriam para a adoção de uma nova modalidade de operação, que este autor nomeou de Projeção Ribeirinha (ProjRib), pois se adequaria perfeitamente ao que é realizado na região. A ProjRib seria utilizada na AOC em tempos de paz, primordialmente, e em situações que permeiam tanto o combate às novas ameaças, que são atividades de emprego limitado da força, como ajuda humanitária, atividade considerada benigna, que pode ocorrer em caso de enchentes. Ela estaria ainda no centro do modelo de Grove (Figura 8), teria total conformidade com o emprego do Poder Naval brasileiro e poderia passar por uma reflexão, desenvolvida e incorporada.

ACÇÕES ESTRATÉGICAS PARA A SEGURANÇA E DEFESA DA AOC

Até este momento, mirando as dificuldades nos campos operacional e logístico existentes na AOC, devido à sua dimensão, há uma perceptível necessidade de serem criadas condições para o desenvolvimento de uma articulação que possibilite à MB atuar de forma eficiente e eficaz, ou seja, estar presente e realizar qualquer atividade com a rapidez necessária. Desta forma, após olhar para o passado, tendo “caminhado” sobre um pouco da história e da geografia da AOC, “iluminando” o conceito de PGE, alguns objetivos e capacidades elencadas na PND e na END e como o Poder Naval está presente na região, olharemos agora

para o futuro, pontuando algumas percepções do autor para a AOC, tendo relação direta com sua dimensão.

Ações Estratégicas da Marinha do Brasil

Criação de dois grandes comandos subordinados ao Comando de Operações Navais (ComOpNav)

A dimensão do território brasileiro aponta para uma notória distância física entre a AOC e o ComOpNav, que tem sua sede no Rio de Janeiro, e de onde são demandadas todas as orientações e ordens de alto nível do setor operacional da MB. Mesmo tendo as facilidades dos meios tecnológicos hoje disponíveis, é natural que maior ênfase seja destinada para o que ocorre no litoral brasileiro, por onde transitam 95% do que é produzido no país, fato este comprovado no PEM-2040. No entanto a AOC e, por que não incluir nesta reflexão, a Bacia do Prata são importantes áreas produtoras de riquezas minerais, animais, biodiversidade e agricultáveis, além de escoadoras de tudo que se produz no interior do Brasil fazendo uso do modal hidroviário (Figura 9). Atualmente há um



Figura 9 – Modal Hidroviário
Fonte: Antaq

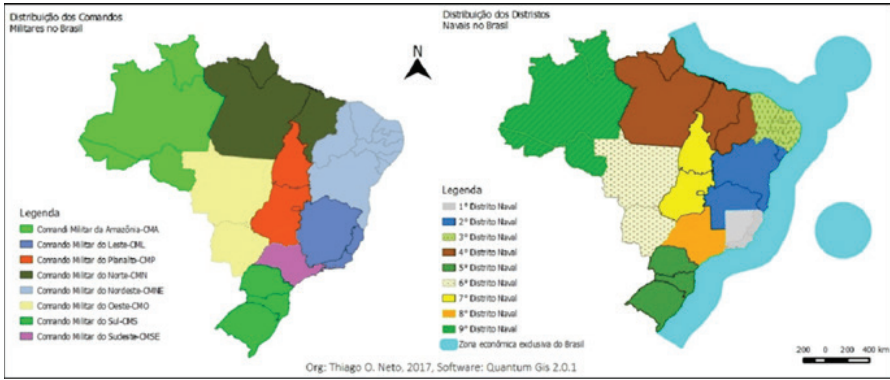


Figura 10 – Comandos militares e distritos navais
 Fonte: Thiago Neto⁴⁵

protagonismo cada vez mais notório sobre a importância de estar presente nas águas interiores, por estas terem se tornado as estradas que unem estados, municípios ou comunidades mais isoladas.

Cabe mencionar que o EB divide o Brasil em comandos militares (Figura 10), a grande maioria liderada por um oficial integrante do Alto Comando da Força. Em boa parte desses grandes comandos, a MB se faz presente com um distrito naval, tendo como comandante um oficial-general de posto abaixo. Olhando apenas para

operações singulares, não há qualquer tipo de interferência; no entanto, quando são realizadas operações conjuntas, e as ações ocorrerem essencialmente nas vias fluviais, sob claro domínio operacional da MB, há uma clara tendência de estas operações estarem sob comando do EB, o que não seria pertinente, em virtude do natural domínio desse ambiente operacional pela MB.

Assim, a fim de elevar o patamar de antiguidade pela devida importância das regiões (Figuras 11 e 12) e aproximar

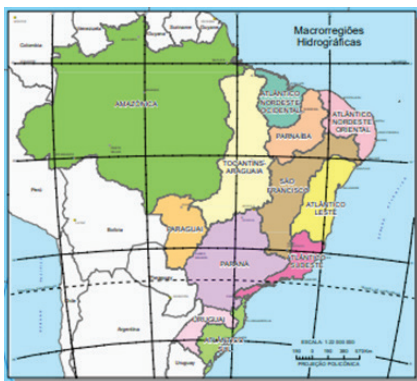


Figura 11 – Bacias hidrográficas
 Fonte: IBGE

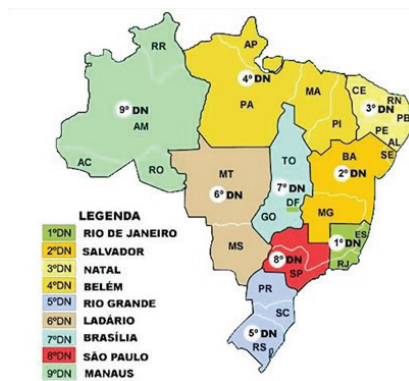


Figura 12 – Visualização dos distritos navais
 Fonte: MB

45 Disponível em: <file:///C:/Users/alex/Downloads/CidadesnalinhadefronteiraestruturaMilitaresemTabatingaBrasileLetciaColmbia.pdf>. Acesso em: 23 ago. 2023.

o processo decisório, observando-se os campos político, econômico, de inteligência, psicossocial, científico-tecnológico e, principalmente, operacional e logístico, questiono-me: seria viável a criação de dois grandes comandos subordinados ao Comando de Operações Navais, um sediado no Rio de Janeiro, responsável pelas operações litorâneas, e um outro, com sede em Manaus, responsável pelas operações em águas interiores?

Entendo que sim, e que seria um pequeno passo para a MB e um grande salto de qualidade operacional e administrativa no que tange ao comando e controle de suas águas. Desta forma, sugere-se para reflexão a criação desses grandes comandos: o primeiro poderia ser nominado Comando das Operações Navais Litorâneas (CONL), com sede no Rio de Janeiro, contemplando todos os distritos posicionados no litoral (Com1ºDN, Com2ºDN, Com3ºDN, Com5ºDN e Com8ºDN), exceto o Com4ºDN, e vocacionado para operações no entorno estratégico do Brasil a nordeste/leste/sul, mantendo sob sua responsabilidade as bacias do Nordeste (Atlântico Nordeste Ocidental, Parnaíba e Atlântico Nordeste Oriental), do São Francisco, do Atlântico Leste, Atlântico Sudeste, do Paraná e Atlântico Sul e do Uruguai; o outro, nominado Comando das Operações Navais Ribeirinhas (CONR), com sede em Manaus, contemplando distritos no interior do Brasil (Com4ºDN, Com6ºDN e Com9ºDN), exceto o Com7ºDN, e vocacionado para operações nos rios, cuidando do entorno estratégico do Brasil a noroeste/oeste/sudoeste, mantendo sob sua responsabilidade as bacias Amazônica, Tocantins-Araguaia e do Paraguai. Quanto ao 4º Distrito Naval, suas tarefas litorâneas poderiam ser assumidas pelo 3º Distrito Naval.

Quanto ao emprego da tropa do CFN em uma área como a AOC, onde existem

grandes dificuldades operacionais e logísticas, já apontadas anteriormente, é natural que se tenham necessidades de comando e controle adicionais quando se criam outras organizações militares. Existindo três BtlOpRib (Manaus, Belém e Ladário), este autor entende que seria importante criar um Comando da Tropa de Desembarque Ribeirinha (CmndoTrDbqRib), também com sede em Manaus, subordinado ao Comando das Operações Navais Ribeirinhas (CONR), tendo semelhança administrativa com o Comando da Tropa de Desembarque (CmndoTrDbq), unidade do CFN localizada no Rio de Janeiro e subordinada ao Comando da Força de Fuzileiros da Esquadra (ComFFE), tendo a tarefa de dotar o componente de Comando dos GptOpFuzNav nas áreas ribeirinhas de elementos inteiramente voltados ao planejamento e à execução de diversas operações.

Esta nova unidade, o CmndoTrDbqRib, serviria como catalisadora de planejamentos de alto nível, assessorando o CONR no planejamento de operações, tanto conjuntas quanto interagências, com maior produtividade e em um nível estratégico e operacional que seja adequado ao emprego de um GptOpFuzNav de nível Unidade Anfíbia (UANf). Esta organização militar possibilitaria, também, um estreitamento nas relações com as brigadas do EB e unidades da FAB, com as agências ligadas aos órgãos de segurança pública de todos os estados e com o Com4ºDN, Com6ºDN e Com9ºDN. Sua criação também fortaleceria os BtlOpRib e os liberaria para a execução da manutenção de um ciclo interno de adestramento, tirando dos mesmos encargos administrativos, ligados às fases de reconhecimentos estratégicos e operacionais, e ainda, dos planejamentos, que ora são realizados por essas unidades em função das necessidades que se impõem.

Ações Estratégicas da Marinha do Brasil na AOC

Direcionando nosso olhar para a Amazônia, semelhante às dimensões do Brasil referentes ao controle efetuado pelo ComOpNav, o mesmo ocorreria em relação ao Com9^oDN, criado em 2002, que tem responsabilidade sobre a AOC. No entanto se torna importante voltar nosso olhar para a história, a fim de entender como se deu o surgimento do ComFlotAM, criado por D. Pedro II por meio do Aviso de 2 de junho de 1868.

Este comando teve como sede inicial a cidade de Manaus, capital da província do Amazonas, e tinha como tarefa policiara as fronteiras fluviais do norte/noroeste, fazendo valer as normas e tratados existentes à época, para garantir os interesses do Império. Era o centro econômico da Amazônia, com as maiores concentrações demográficas, onde todos os movimentos por água fluíam a partir das fronteiras norte, pelo Rio Negro, e oeste, pelo Rio Solimões. O ComFlotAM tinha como tarefa:

Manter uma Força Pronta, aprestada para executar OpRib e efetuar Patrulha Naval (PatNav) no Rio Amazonas, a montante de Santarém, e nos rios Negro e Solimões e seus tributários; cooperar com a CFAOC nas suas atividades; participar nos programas de cooperação com as demais FA; colaborar com outras agências governamentais na fiscalização da legislação; e participar de Ações Cívico-Sociais (Aciso) e no desenvolvimento socioeconômico. (BRASIL, 2023)

Em virtude dos inúmeros problemas relativos às novas ameaças, ocorrendo não apenas dentro da AOC, mas em suas áreas limites, os meios do ComFlotAM se

fazem presentes, onde e quando podem, devido às distâncias envolvidas. Tendo seus meios concentrados na cidade de Manaus, quando ocorre algum problema nos limites noroeste-oeste-sudoeste da AOC, para que algum meio naval chegue, mesmo estando nas suas melhores condições de navegação, e não ocorrendo nenhum tipo de problema durante o traslado, seriam necessários entre seis e 20 dias. Assim, atento à viabilidade de dividir a Área de Responsabilidade (AR) do ComFlotAM (Figura 13) em dois setores, a fim de ter uma presença maior de meios navais e aproximar o processo decisório observando-se os campos operacional e logístico, pergunta-se: seria viável a criação de duas grandes divisões navais?

Novamente, entendo que sim, e seria uma decisão importante para a MB na AOC, no que tange ao comando e controle de suas águas interiores. Assim, para reflexão, sugere-se a criação de um Comando da 1^a Divisão Naval da Flotilha do Amazonas (Com1^aDiv), subordinado ao ComFlotAM e sediado em Manaus, que seria responsável pelas operações no Baixo Solimões, que teria, administrativamente, o mesmo perfil do atual ComFlotAM. No entanto, com uma visão pragmática, por ter a AOC uma grande dimensão, essa divisão permaneceria com quatro navios subordinados, sendo dois patrulhas, um navio classe *Pedro Teixeira*, um navio classe *Roraima* e, ainda, dois navios de assistência hospitalar. Sua área de responsabilidade passaria a ser o Rio Negro com seus tributários, e o Rio Solimões até a cidade de Coari, exclusive (Figura 13). Criando uma 1^a Divisão Naval da Flotilha em Manaus, e já existindo o 1^oBtlOpRib na cidade, quando for necessário, poderá ser formada uma Força-Tarefa Ribeirinha do Baixo Solimões, a partir de Manaus, a qual teria como propósito a realização do

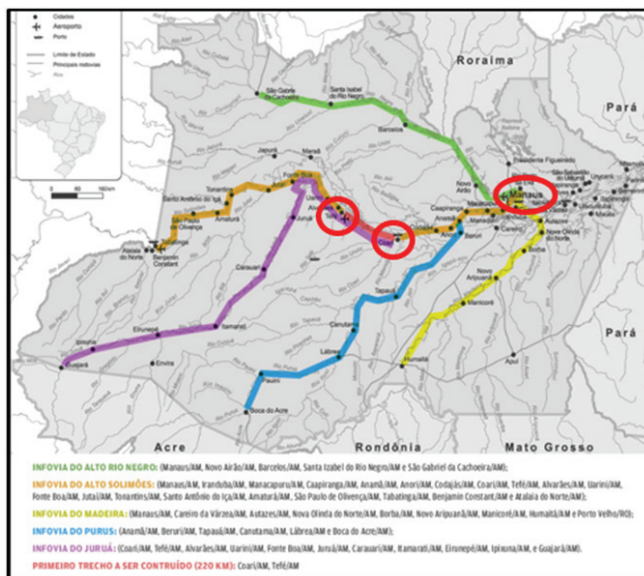


Figura 13 – Área de Responsabilidade do ComFlotAM
 Fonte: Blog Coari em destaque

planejamento e o emprego de meios da MB em situações reais.

Em consonância com a criação de uma 1ª Divisão Naval na cidade de Manaus, considera-se também a criação de um Comando da 2ª Divisão Naval da Flotilha do Amazonas (Com2ªDiv), subordinado ao ComFlotAM e sediado em Tefé, o qual teria, administrativamente, o mesmo perfil da 1ª Divisão Naval. No entanto teria, inicialmente, cinco navios subordinados, sendo três patrulhas, um navio classe *Pedro Teixeira* e dois navios classe *Roraima*, e, ainda, dois navios de assistência hospitalar. O navio classe *Pedro Teixeira*, neste setor, cumpriria ações, prioritariamente, na calha principal do Rio Solimões, em virtude de sua estrutura e calado, e os da classe *Roraima* seriam empregados em patrulhas nos afluentes. A área de atuação seria toda a malha fluvial, a partir da cidade de Coari, inclusive, até

Tabatinga e rios afluentes, ou seja, o Alto Solimões (Figura 13).

A nova Divisão Naval na cidade de Tefé proporcionaria melhor controle de todos os meios navais que navegassem a partir da fronteira oeste pelos rios Solimões, Içá, Japurá, Javari e Juruá; maior rapidez nas movimentações de meios navais que se fizerem necessárias para a região de fronteiras; necessária interoperabilidade com as FA existentes na região; e melhor comando e controle sobre ações que tenham navios, tropas de fuzileiros navais e aeronaves, quando necessário. Poderá ainda, se e quando necessário, ser formada uma Força-Tarefa Ribeirinha do Alto Solimões, a qual teria como propósito a realização do planejamento e o emprego de meios da MB em situações reais no Alto Solimões. Isto possibilitaria maior interoperabilidade com outras unidades das FA e das forças de segurança do estado do Amazonas.

Em relação às tropas do CFN na AOC, observando a END em um de seus objetivos estratégicos, está descrito que o CFN deve ser utilizado nas vias fluviais, que serão fundamentais para assegurar o controle das margens durante as Operações Ribeirinhas, e será ainda uma força de caráter anfíbio e expedicionário por excelência, constituindo-se em parcela do Conjugado Anfíbio da MB (BRASIL, 2020). Desta forma, lembrando o que foi mencionado na segunda seção, quanto à importância de se definir uma necessária PGE que controle uma parcela importante da região, no caso, a fronteira noroeste/oeste/sudoeste, e impeça que ações sejam perpetradas a partir dos principais rios afluentes dos rios Solimões, Japurá, Içá, Javari e Juruá, entende-se que o 4ºBtlOpRib poderia ser criado na cidade de Tefé (Figura 14), onde, inclusive, já existe uma Brigada

O CFN deve ser utilizado nas vias fluviais, fundamentais para assegurar o controle das margens durante as Operações Ribeirinhas

do EB, uma pista da FAB e uma agência do Sistema de Segurança do Tráfego Aquaviário (SSTA). Esse posicionamento em Tefé coincidiria com os objetivos previstos na PND e na END, pois fortaleceria a interoperabilidade entre as FA na região e, ainda, contribuiria com a segurança, estabelecendo um arco de proteção (Figura 15) contra o narcotráfico,

que está entrando no Brasil fazendo uso da rota Solimões. Neste contexto, apontando-se a cidade de Tefé como uma PGE e tendo tropas das três FA, possibilitaria a criação de um Centro Conjunto de Comando e Controle

na cidade, onde poderiam ser realizados planejamentos de alto nível.

Da mesma forma, seria importante a instalação da Estação Naval do Rio Solimões (ENRS), sediada em Tefé, a qual teria como propósito aumentar a capacidade de manutenção de meios navais



Figura 14 – Tefé como posição estratégica
Fonte: Arte do autor



Figura 15 – Arco de proteção
Fonte: Arte do autor

naquela área. Nesta cidade, essa unidade teria a possibilidade de criar parcerias e fomentaria o desenvolvimento de infraestrutura logística local em todos os aspectos, possibilitando o desenvolvimento de capacidades ainda não exploradas, tais como realizar a manutenção de meios navais em locais afastados dos principais centros logísticos. Dessa forma, as FA na cidade poderiam trabalhar com maior interoperabilidade, tanto no campo operacional quanto no campo logístico.

Em virtude da elevação da quantidade de meios flutuantes utilizados, tanto por moradores quanto por elementos adversos que descem o Rio Solimões com destino a Manaus, com estes últimos praticando atos ilícitos, a área sob controle operacional da atual agência da MB em Tefé aponta para a necessidade de um incremento de meios para que esta possa executar com eficiência e eficácia suas ações. As atividades da agência⁴⁶ abrangem os municípios amazonenses de Alvarães, Carauari, Fonte Boa, Japurá, Juruá, Maraã, Tefé e Uarini, além de inúmeras comunidades compreendidas nesta extensa área, atingindo quase 3 mil km de vias navegáveis. As distâncias que se impõem à agência para sua atuação tornam suas ações limitadas, em virtude da falta de meios logísticos e de pessoal. Ampliar esta unidade do SSTA da MB de agência para delegacia certamente propiciará maior efetividade nas ações.

Voltando ao tema mobilidade estratégica na AOC, ainda em 2001, foi estabelecido um cronograma de transformação do GptFNMa em BtlOpRib, quando observou-se a necessidade de mobiliar a unidade com 34 lanchas de combate. Isto possibilitaria que o CFN, atuando como força estratégica na AOC, tivesse capacidade expedicionária, tendo como um de

seus objetivos adquirir mobilidade para responder rapidamente a qualquer tipo de ameaça ou agressão. Como força estratégica, deveria possuir estruturas flexíveis e versáteis e ser dotada de grande mobilidade estratégica (MONTEIRO, 2010).

Na DMN, entende-se por reservas locais forças articuladas, em profundidade, numa determinada área estratégica, com mobilidade suficiente para serem empregadas na própria área onde estão localizadas, visando apoiar ou contra-atacar forças adversas que tenham penetrado e estejam atuando no território brasileiro. Atuar desta forma passa pelo adequado emprego do trinômio monitoramento/controlabilidade-presença (BRASIL, 2015). Caso se tenha o entendimento pela criação de mais um BtlOpRib, uma 2ª Divisão Naval da Flotilha em Tefé, e ampliada a agência do SSTA já existente na cidade, tais medidas possibilitariam denominar essas OM como “reservas locais”. No entanto, para cumprir suas tarefas, elas teriam que possuir embarcações que as possibilitassem atuar com eficiência e eficácia contra ilícitos que ocorram na calha do Rio Solimões.

Em 2017, quando este autor foi comandante do 1ºBtlOpRib, foram realizados testes com o protótipo de uma lancha multipropósito de fabricação totalmente nacional, essencial para possibilitar o desenvolvimento de uma mobilidade estratégica e operacional ao GptOpFuzNav, elemento integrante da Força de Emprego Rápida (FER). Além da capacidade de transportar 18 militares, sendo cinco tripulantes e um Grupo de Combate totalmente armados e equipados, a embarcação perfaz uma velocidade de 40 nós, em velocidade de cruzeiro, e tem autonomia de 300 milhas. Além desse perfil, nela podem ser

46 Disponível em: <https://www.marinha.mil.br/com9dn/node/183>. Acesso em: 23 ago. 2023.



Figura 16 – Lanchas Multipropósito *Aruanã*
Fonte: Arquivos do autor

posicionadas uma metralhadora pesada .50mm na proa e duas metralhadoras a gás 7,62mm em suas laterais, ou seja, um poder de combate considerado essencial. Os resultados dos testes de operacionalidade foram considerados muito positivos, pois a lancha ofereceu o considerado fundamental naquele ambiente operacional para se opor as novas ameaças: transporte de tropa, alta velocidade, blindagem, poder de choque e mobilidade estratégica e tática. A MB assinou contrato com a empresa fabricante, a qual produzirá um modelo para atuar na AOC (Figura 16).

No EM-15, utilizado como referência na ampliação do BtlOpRib em Manaus, a partir de 2002, foi planejado um total de 34 lanchas de combate. Em função do crescimento do narcotráfico, que dispõe de meios com grande velocidade, seria fundamental a aquisição dessas lanchas de combate.

CONCLUSÃO

A Amazônia sul-americana tem um valor geopolítico imensurável para o mundo, e a parte pertencente ao Brasil, a Amazônia Ocidental, demandou di-

íceis ações para manter seu controle, resultantes de diversas escaramuças entre os detentores por direito da região, os portugueses, e estrangeiros que tentaram se estabelecer em diferentes momentos, em virtude das inúmeras possibilidades econômicas que existiam. Para as FA, particularmente para a MB, atualmente, manter essa conquista, controlar e garantir defesa e segurança, cumprindo inúmeras atribuições, requer um correto planejamento, uma visão apurada e um dimensionamento a fim de exercer as atividades com eficiência e eficácia.

O EB encontra-se posicionado no interior da AOC, em cidades ribeirinhas e nas fronteiras, contudo ele é estático e tem como principal tarefa a defesa do território brasileiro, contribuindo para impedir a entrada de elementos adversos por terra ou controlando a entrada no país dos rios penetrantes. A FAB é dinâmica no espaço aéreo, atuando para impedir a entrada pelo ar de aeronaves não registradas. Apesar de estarem presentes na AOC, essas Forças pouco estão presentes nos rios, as principais estradas da AOC. Assim, faz-se necessário um dimensionamento do Poder Naval a fim de se fazer presente nos

rios, dificultando a prática de ilícitos de naturezas diversas, pois, se existir vácuo, alguém ocupa a posição e as ações.

O cenário atual aponta para o crescimento desses ilícitos, nomeados como novas ameaças, e o principal, o tráfico de drogas, é dominado por narcotraficantes com atuação internacional, provocando percepção negativa na população ribeirinha, pois, estrategicamente, eles aumentam a criminalidade contra essa população e os meios de transporte de mercadorias utilizados por ela ao longo dos rios, desde as fronteiras, para garantir um continuado e seguro tráfico e imporem a cultura de medo, causando enormes danos econômicos ao comércio da região. Além disso, eles, os narcotraficantes, estão cada vez mais audaciosos ao usarem embarcações de pequeno porte para transportar uma quantidade elevada de drogas. Usam ri-beirinhos, muitos sem registro na polícia estadual, para transportá-las, conseguindo atingir Manaus.

Por ser a capital do estado do Amazonas, Manaus aparece como a área mais afetada por este tráfico, e a MB está presente na cidade há 150 anos, pois nela encontram-se a maior economia da AOC e grande concentração demográfica. No entanto o Poder Naval, aparentemente, tem dificuldade em deter ou mitigar o avanço do narcotráfico sobre a cidade e sobre as maiores cidades ribeirinhas no Rio Solimões, a partir do setor oeste da AOC. Com o passar dos anos, o que antes ocorria nas fronteiras, ou próximo a estas, avançou pelos rios e chegou à capital, com um enorme potencial destrutivo. O uso intensivo dos rios para cometer atos ilícitos mostra que há necessidade de um olhar mais atento para a forma como são feitos esses transportes, quais caminhos são mais utilizados, quem transporta, quais tipos de embarcações estão envolvidas e,

principalmente, como detê-los ou, pelo menos, como dificultar esses movimentos.

Para isso, foi necessário buscar orientações na PND, na END e no PEM-2040, que são os documentos que indicarão o caminho e a estratégia que o Estado brasileiro e a MB adotarão a fim de alcançar objetivos estratégicos, pois cresce de importância a interoperabilidade entre as FA, no sentido de vigiar de forma conjunta a navegação nas águas jurisdicionais brasileiras, o espaço aéreo e as fronteiras terrestres, dando-lhes capacidade de reagir, empregando, quando e onde for necessário, as reservas locais e estratégicas. Para que estas reservas sejam empregadas, é necessário ter mobilidade em todos os níveis, em virtude das grandes dimensões envolvidas. Com relação à MB, a base dessa mobilidade é ter um sistema de vigilância, controle e monitoramento de toda a região, uma correta articulação de suas unidades e a presença do Poder Naval em uma Posição Geográfica Estratégica (PGE), a fim de que esse conjunto de ações permita antecipar movimentos, a partir das fronteiras, ou quando estas forem ultrapassadas, possibilitando o emprego dos meios navais de combate de forma adequada, exequível e aceitável. Para isso, foi apontado neste artigo a possibilidade de aquisição de 34 lanchas de combate, as quais possuem grande velocidade, poder de fogo, blindagem e flexibilidade.

Geograficamente, ao observarmos o mapa da AOC, apontaram-se locais de onde poderia ser lançado poder de combate com o objetivo de reagir às ações de narcotraficantes contra a população, nas fronteiras ou próximo a elas. Essas posições deveriam ser próximas aos rios Solimões e Negro e ter capacidade de anular ou minimizar ações adversas nos rios, fortalecendo o desenvolvimento do modal

de transporte fluvial, possibilitando seu continuado crescimento na região e exercendo um melhor controle sobre quando, como e o que passa pelos principais rios que cortam o interior da AOC. Lembremos também do Terminal Aquaviário de Coari, local estratégico devido à extração de petróleo e gás produzidos na região de Urucu. Não ter meios navais de forma permanente no entorno deste terminal é uma vulnerabilidade estratégica.

Além de apontar Tefé como uma cidade estratégica, observou-se a necessidade de algumas ações estratégicas da MB, com propósito de aumentar presença e articulação. Decorrente de sua experiência na AOC, o autor elencou algumas ações, tais como a criação do Comando das Operações Navais Litorâneas (CONL), com sede no Rio de Janeiro, e o Comando das Operações Navais Ribeirinhas (CONR), com sede em Manaus. No âmbito do 9º Distrito Naval, citou a criação do Comando da 1ª Divisão Naval da Flotilha do Amazonas, sediada em Manaus, e a criação do Comando da 2ª Divisão Naval da Flotilha do Amazonas, com sede em Tefé. Em relação às tropas do CFN na AOC, sugeriu-se a criação de um Comando da Tropa de Desembarque Ribeirinha (CmndTrDbqRib), também com sede em Manaus, e próximo ao Comando das Operações Navais Ribeirinhas (CONR), tendo semelhança administrativa com o Comando da Tropa de Desembarque (CmndTrDbq); e de um BtlOpRib na cidade de Tefé. No Sistema de Segurança do Tráfego Aquaviário (SSTA), foi sugerida a possibilidade de ampliação da Agência de Tefé para Delegacia. Neste contexto, apontou-se a cidade de Tefé como uma PGE, que, tendo tropas das três FA, possibilitaria a criação de um Centro de Comando e Controle Conjunto na cidade, onde poderiam ser realizados planejamentos de alto nível.

Não era o escopo deste estudo o aprofundamento de conceitos relativos à OpRib, no entanto percebeu-se que o Poder Naval tem realizado, ao longo de vários anos, inúmeras operações e exercícios no interior da AOC, enquadrando-as no escopo deste tipo de operação. No entanto a OpRib é uma Operação de Guerra Naval. Seus conceitos são previstos durante o estabelecimento formal de conflitos e em tempos de guerra. O Brasil não vive um estado de guerra, e o que está latente na AOC são novas ameaças, principalmente o narcotráfico. Dessa forma, a semelhança do que foi feito em 2014, quando foi adotado o conceito de ProjAnf como uma das modalidades de OpAnf, por motivos muito similares, e de acordo com as novas necessidades de emprego advindas do período posterior ao término da Guerra Fria, durante este estudo, foi observada a necessidade de um olhar crítico para a Doutrina Militar Naval aprovada em 2017, a fim de verificar a possibilidade de ser adotada uma nova modalidade de OpRib, a qual nomeiei Projeção Ribeirinha (ProjRib), fazendo uso de operações de combate fluvial contra o narcotráfico.

Ela se adequaria perfeitamente ao que é realizado na AOC em tempos de paz, abarcando todas as atividades de emprego limitado da força e atividades benignas. Estaria ainda no centro do modelo de Grove e teria total conformidade com o emprego do Poder Naval brasileiro no combate às novas ameaças. Desta forma, o CFN permaneceria como uma força estratégica da MB para projeção de poder no interior da AOC, podendo ser empregado de forma expedicionária em um amplo espectro de operações. Não sendo objeto deste artigo, não houve um aprofundamento no tema, e sugere-se, se for de interesse, um estudo mais aprofundado.

📁 CLASSIFICAÇÃO PARA ÍNDICE REMISSIVO:

<ARTES MILITARES>; Arte da Guerra; Ações Estratégicas;
 <GUERRAS>; Operações Navais; Operações Ribeirinhas; Operações de Combate Fluvial;
 <NOVAS AMEAÇAS>; Narcotráfico;

REFERÊNCIAS

- ALVES DE ALMEIDA, Francisco Eduardo. “Alfred Mahan e os elementos do Poder Marítimo (III) – Parte I”. *Revista Marítima Brasileira*. Rio de Janeiro, v. 129, n. 10/12, out./dez, 2009.
- BECKER, Bertha K. *Amazônia: Geopolítica na virada do III Milênio*. Rio de Janeiro: Editora Garamond Ltda, 2004.
- BRASIL. Decreto nº 8.903, de 16 de novembro de 2016. Institui o Programa de Proteção Integrada de Fronteiras e organiza a atuação de unidades da administração pública federal para sua execução.
- BRASIL. Estratégia Nacional de Defesa. Disponível em: https://www.gov.br/defesa/pt-br/assuntos/copy_of_estado-e-defesa/pnd_end_congresso_1.pdf.
- BRASIL. Livro Branco de Defesa. Disponível em: https://www.gov.br/defesa/pt-br/assuntos/copy_of_estado-e-defesa/livro_branco_congresso_nacional.pdf.
- BRASIL. Ministério da Defesa. Política Nacional de Defesa. Disponível em: https://www.gov.br/defesa/pt-br/assuntos/copy_of_estado-e-defesa/pnd_end_congresso_1.pdf.
- BRASIL. Ministério da Defesa. MD35-G-01 – Glossário das Forças Armadas. 5ª ed. Brasília: Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas, 2015.
- ELIA, Rui da Fonseca. “A Marinha na Amazônia Ocidental”. *Revista Marítima Brasileira*. Rio de Janeiro, v. 120, n. 07/09, jul./set, 2008.
- FERREIRA, Renato Rangel. “Projeção Anfíbia: reforçando a presença do Poder Naval no Atlântico Sul”. *Âncoras e Fuzis*. Rio de Janeiro, Ano XIII, nº 45, 2014.
- PIMENTEL JUNIOR, Gilberto R. “A Próxima Singradura”. *Âncoras e Fuzis*. Rio de Janeiro, Ano XI, Número 43, 2012. ISSN 2177-7608.
- MATTOS, Carlos de Meira. *A Geopolítica e as projeções de poder*. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1977.
- MATTOS, Carlos de Meira. *Geopolítica e teoria de fronteiras: fronteiras do Brasil*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1990.
- MATTOS, Carlos de Meira. *Uma Geopolítica Pan-Amazônia*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1980.
- MONTEIRO, Álvaro Augusto Dias. “A Próxima Singradura”. *O Anfíbio*. Rio de Janeiro, nº 28, Ano XXIX, 2010. Edição Extra.
- OLIVEIRA, Áthila de Faria. (2011). *O futuro do Corpo de Fuzileiros Navais e as ameaças do século XXI*. Rio de Janeiro: Escola Superior de Guerra, 2011.
- PAWLYSCHYN, Harold Enrique Añez. *Novas ameaças e o impacto da Defesa e Desenvolvimento da Amazônia*. Rio de Janeiro: Escola Superior de Guerra, 2016.
- REIS, Arthur César Ferreira. *A Amazônia e a cobiça internacional*. 5ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; Manaus: Superintendência da Zona Franca de Manaus, 1982.
- RODRIGUES, A. S. B. *O rio comanda a vida*. Disponível em: <https://www.portalintercom.org.br/anais/norte2013/expocom/EX34-0324-1.pdf>.

- SAINT-PIERRE, Héctor Luis. “Grandes tendências da segurança internacional contemporânea”. Disponível em: https://www.academia.edu/13562910/Grandes_tend%C3%A2ncias_da_seguran%C3%A7a_internacional_contempor%C3%A2nea.
- SILVA, Antonio Ruy de Almeida. “As novas ameaças e a Marinha do Brasil”. *Revista Marítima Brasileira*. Rio de Janeiro, v. 128, n. 07/09, jul./set. 2008.
- SILVA, Alexandre Luiz Alves da. “Operações Ribeirinhas: Possíveis Atuações no Nível Estratégico para o Poder Naval”. Tese de Doutorado. Escola de Guerra Naval. Rio de Janeiro, 2018.
- SOARES, Teixeira. *Amazônia*. Rio de Janeiro: Companhia Brasileira das Artes Gráficas, n. 128, 1967.
- TOCANTINS, Leandro. *O rio comanda a vida: uma interpretação da Amazônia*. 4ª ed. Manaus: Companhia Editora Americana, 1972.
- UNODC. *Informe mundial sobre las drogas 2022* (publicación de las Naciones Unidas, 2022). Disponível em: https://www.unodc.org/res/wdr2022/MS/WDR22_Booklet_2_spanish.pdf. Acesso em: 25 ago. 2023.
- VESENTINI, José William. *Novas Geopolíticas*. 2ª ed. São Paulo: Contexto, 2003.